

# TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ESPACIAIS NO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UM PROCESSO DE COLONIALIDADE

Sirlei Ana Falchetti<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho teve por objetivo analisar a percepção de atores sociais do município de Sinop/MT, sobre o processo de colonização ocorrido na região a partir da década de 1970, resultado de ações do Estado e iniciativas privadas. A pesquisa, de caráter essencialmente qualitativo, foi realizada por meio de uma pesquisa de campo, onde foram coletados os dados empíricos, com atores sociais chaves da sociedade, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e também de pesquisa bibliográfica sobre os principais conceitos de colonialidade, impacto ambiental e histórico de ocupação do município de Sinop. A análise de conteúdo foi o método utilizado para realizar a análise dos dados coletados. Os resultados mostram que na percepção dos atores sociais, a ocupação do espaço pautou-se na política do Estado de ocupação dos espaços vazios da Amazônia Matogrossense e na apologia ao lema Integrar para não entregar. A colonização, um processo que faz parte de um contexto histórico de políticas estratégicas de ocupação da Amazônia, na qual, a colonização privada foi a principal responsável pela transformação dos espaços na Amazônia matogrossense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonialidade, poder, Amazônia matogrossense, desenvolvimento capitalista.

**ABSTRACT:** This study aimed to analyze the perception of social actors in the city of Sinop / MT, about the process of colonization in the region, occurred from the 1970s, a result of state actions and private initiatives. The qualitative research was conducted through a field research, where empirical data were collected, with relevant social actors in society, using semi-structured interviews as well as literature on the main concepts of coloniality, environmental impact and history of the occupation of the city of Sinop. Content analysis was the method used to perform analysis of data collected. The results show that the perception of social actors, the occupation of space was based on the state's policy of occupation of empty spaces in the Amazônia Matogrossense Amazon and apology to the motto: Integrating to not deliver. Colonization, a process that is part of a historical context of strategic policies of occupation of the Amazon, in which the private colonization was primarily responsible for the transformation of spaces in the Amazônia Matogrossense Amazon.

**KEY-WORDS:** Colonialism, power, Amazônia Matogrossense, capitalist development.

## INTRODUÇÃO

Os objetivos do Estado brasileiro em colonizar as terras localizadas no interior do Brasil são antigos, com projetos desenvolvidos na primeira metade do século XX. Em seus dois mandatos governamentais, o Presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945 / 1951 -1954) já anunciava um projeto de “Marcha rumo ao oeste”, que mais tarde foi impulsionado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960) com a construção de Brasília no Centro Oeste e pelo plano de levar a “indústria para o campo”, ou seja, em sua plataforma de governo, “interiorizar o desenvolvimento” (ARBEX JR., 2005, p. 33).

A Marcha para o Oeste, iniciada em 1938, demonstrava as preocupações da ocupação dos grandes espaços vazios da Amazônia, mas as maiores preocupações, além da ideológica e autoritária “unidade nacional e integração”, eram as questões de segurança interna.

Em 1953, ainda no governo de Getúlio Vargas, foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ao qual o governo de Juscelino Kubitschek acrescentou o I Plano Quinquenal (1955-1960), dando início ao plano desenvolvimentista, marcando a história do Brasil a partir dos anos 60 (ARBEX JR., 2005, p. 35).

No período militar, (1964 – 1985) os objetivos econômicos sustentavam-se na ideologia capitalista, pautada no binômio político de segurança e desenvolvimento. Para tal, o Estado ajustou sua política e estratégias de ações, buscando incrementar a economia interna. Utilizando-se do lema *Integrar para não entregar*, o governo militar intensifica a política de alargamento das fronteiras e a expansão agrícola, dentro de sua política desenvolvimentista incidente na segunda metade dos anos 50, culminando em 1966 com a instituição da Amazônia Legal e a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Contudo, enfatiza-se que para o desenvolvimento da região amazônica, a implantação de importantes malhas viárias que seriam os pontos de ligação entre as “áreas industrializadas e economicamente desenvolvidas” com a “grande fronteira de recursos do país” foram pontos essenciais para sua política de expansão (ARBEX JR., 2005, p. 35 e 36).

O estado de Mato Grosso, a partir dos anos 1970, recebe intensos incentivos para que sua parte norte fosse colonizada, região ainda pouco explorada e coberta pela Floresta Amazônica, principalmente pela região definida como Amazônia Legal. Octavio Ianni (1979, p. 48) diz que a ideia de “vazio demográfico” era uma concepção dos governantes, e que a região deveria ser ocupada pelo “poder nacional”, segundo tal concepção.

Os incentivos e planos do Governo Federal eram fortemente apoiados por abundante propaganda divulgada no sul do país, apontando a região norte

matogrossense como um local de terras férteis, com fartos incentivos fiscais e financeiros do Estado.

Muitos programas compunham os planos de expansão da Amazônia, já no início da segunda metade do século XX, mas os programas mais expressivos tiveram início nos anos 70, quando a malha viária foi expandida na região, o que efetivamente provocou o seu povoamento.

Com o desenvolvimento do PIN – Plano de Integração Nacional, que previu a construção da BR-163, a colonização da Amazônia matogrossense deflagra a sua explosão demográfica. No projeto da construção da BR-163, foram construídos 1.777 quilômetros de estradas, ligando a capital de Mato Grosso, Cuiabá ao porto de Santarém, no Pará. A rodovia foi concretizada, porém a pavimentação ainda está em processo de conclusão.

No período de 1950 a 2000, *enquanto o Brasil apresentou um* crescimento populacional de 226,4%, a região Centro-Oeste apresentou um crescimento de 657,8%, sendo uma das regiões que mais recebeu migrantes em virtude da fronteira agropecuária (GIRARDI, 2008). A política de expansão para o norte do Brasil, em especial para o Centro Oeste, na década de 1970, com políticas de fomento voltadas para a região, estimulou inúmeros migrantes a desbravarem as novas terras, supostamente férteis, mas abundantes em riquezas naturais do solo amazônico, buscando melhores condições de vida.

Considerando o processo acelerado de ocupação das terras norte matogrossenses, a alteração da paisagem mudou rapidamente: de selva a plantações, de selva a cidades, de selva a boiadas!

Após a década de 70 do século XX, foram criados no estado de Mato Grosso mais de cem novos municípios. No ano de 2010, o estado tinha 141 (cento e quarenta e um) municípios. Dentre as maiores cidades do estado, encontra-se Sinop, com uma população de 113.082 habitantes, segundo dados do IBGE (Censo Sociodemográfico de 2010), a quarta maior cidade do estado em termos populacionais e econômicos.

Considerando o processo acelerado de ocupação da região norte do estado de Mato Grosso, geridos por um contexto histórico e políticas desenvolvimentistas e de expansões das fronteiras agrícolas, o presente trabalho teve como objetivo analisar a concepção de atores sociais sobre o processo de colonização do município de Sinop, visualizando as situações relacionadas à dominação, poder e desenvolvimento.

A pesquisa foi realizada na cidade de Sinop/MT, localizada na região centro norte do estado, às margens da BR-163, no quilômetro 505. O município possui uma **extensão territorial de 3.942 km<sup>2</sup>** e sua densidade demográfica é de 28,64 hab/km<sup>2</sup> (a média no Brasil é de 22,11 hab./km<sup>2</sup>). O PIB do município total é de R\$ 1.733.747,00 e o PIB *per capita* é de R\$ 15.688,17 (IBGE, 2007, 2010;

Prefeitura Municipal de Sinop, 2010).

Integrante do Bioma Amazônico, o município encontra-se em uma área de transição do cerrado para a floresta Amazônica. Em vista da riqueza de madeira de lei para exploração, o município teve grande parte de desmatamento acumulado nos 20 primeiros anos de sua colonização. O município está assentado sobre a Bacia do Rio Teles Pires, na unidade geomorfológica do Planalto dos Parecis. O município é banhado por vários rios e riachos que fazem parte da Bacia Amazônica (Prefeitura Municipal de Sinop, 2008).

Dentre sua rica flora, destacam-se madeira de boa qualidade, exploradas comercial e industrialmente. A fauna também é variada e rica, com espécies típicas da região Amazônica. Tanto a fauna quanto a flora são espécies em processo contínuo de diminuição, ao mesmo tempo em que avançam as edificações e propriedades agrícolas e pecuárias.

Está a uma altitude de 384 metros e possui um clima tropical quente-úmido, com temperatura média de 28°C. Tem duas estações definidas, uma estação chuvosa e uma estação seca, que coincide com o inverno. O período da seca varia de 3 a 5 meses e ocorre entre maio e setembro. As maiores precipitações pluviométricas são registradas nos meses de janeiro e fevereiro (Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, 2002).

Apresenta um relevo levemente ondulado, propício para o desenvolvimento da agricultura mecanizada e pecuária, com solo argiloso e pequenas áreas arenosas. Seu processo dinâmico de colonização provocou a destruição de boa parte da fauna e flora da região. Atualmente, a cidade é denominada *A Capital do Nortão!*

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma estratégia de estudo de campo, de natureza exploratória. A abordagem da pesquisa quanto à natureza dos dados foi qualitativa. Para Maria Cecília Minayo (2000), a pesquisa qualitativa tem a habilidade de incorporar os significados como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais. A pesquisa qualitativa busca explicar as relações sociais, o cotidiano, a vivência e a explicação do senso comum.

Para a coleta de dados de campo foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados. Dessa maneira, foram realizadas observações e diferenciais em cada entrevista. Foram realizadas dezenove entrevistas, no período de 02 de fevereiro a 10 de junho de 2010. Os atores-chave selecionados para este estudo foram pessoas que representassem alguma entidade, órgão ou associação de classes, da esfera privada e da esfera pública e pessoas que acompanharam o desenvolvimento do município, representado por primeiros moradores, dessa maneira expressando opiniões e percepções de diferentes grupos sociais. Por meio das entrevistas ocorreu uma maior interação entre os atores-chave e o pesquisador, sendo que no decorrer da conversa emergiram posicionamentos, por meio dos quais pode-se compreender

aspectos da identidade da pessoa e de suas percepções.

As análises dos resultados dos dados coletados foram por meio da análise de conteúdo. Para Laurence Bardin (1977) a análise de conteúdo se constitui de um conjunto de técnicas que por meio da comunicação dos indivíduos – palavras, frases, expressões - utilizando-se procedimentos sistemáticos, o analista pode inferir as questões repetitivas e expressões que as representem, segundo os passos de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, tendo-se como parâmetros palavras-chaves definidas para o estudo, tais como colonização e colonizador, ocupação, dominação, Estado, ambiente e progresso.

## O PROCESSO DE COLONIALIDADE NO NORTE MATOGROSSENSE

A história do processo de ocupação das terras localizadas ao norte do estado de Mato Grosso faz parte de um contexto histórico, de um momento da política de expansão econômica no Brasil, desvendando uma ação apresentada por Quijano (2005) de colonialidade, num contexto de globalidade. A colonialidade, ou mesmo as expressões de um sistema mundial imperial refletem-se nas ações de dominância e poder dado no processo de colonização de espaços da Amazônia Legal, no norte matogrossense.

Aníbal Quijano (2005), ao realizar suas pesquisas de colonialidade na América Latina, a retrata como parte integrante do mesmo padrão de poder que domina o mundo. O autor diz que “Aqui se configuraram e se estabeleceram a colonialidade e a globalidade como fundamentos e modos constitutivos do novo padrão de poder” (QUIJANO, 2005, p. 9).

Quijano (2005) apresenta um sistema global capitalista que traz em seu bojo duas vertentes, sejam de colonizadores e colonizados, de impérios e dominados, e na divisão social do trabalho, um meio para explorar e dominar, onde está, para o autor, o cerne das relações coloniais estabelecidas na América. O sistema global capitalista se fundamenta, portanto, na colonialidade como um padrão de poder reproduzido na América. Ao fazer uma brilhante analogia do clássico Dom Quixote em sua fenomenal batalha contra os moinhos de vento, Quijano (2005) declara a cena perfeita para retratar a imagem histórica do primeiro período da modernidade, um contexto que continua a se reproduzir na América Latina. O autor aponta para um padrão de poder que se destaca em suas piores tendências, utilizando o termo planetarização para identificar a expansão de seus domínios, assinalando a América Latina ainda como “prisioneira da colonialidade do poder e de sua dependência” (QUIJANO, 2005, p.15). O estabelecimento da globalidade na América é, para o autor, fundamentalmente pautada na lógica da colonialidade, sendo este traço central do novo padrão de poder produzido na América.

No sistema de expansão territorial desenvolvido na região amazônica na segunda metade do século XX, retrata-se o mesmo padrão colonialista capitalista de poder observado por Quijano (2005). Dado o contexto da globalização da atualidade, projetos de desenvolvimento da região reproduzem o sistema capitalista, bem caracterizado pelo autor, no contexto de uma economia global e colonialista.

## A COLONIALIDADE E CONFLITOS AMBIENTAIS

Eder Jurandir Carneiro (2005), em suas pesquisas, levanta questões críticas da lógica do desenvolvimento capitalista e dos conflitos socioambientais gerados por sua expansão, enquanto a maneira de apropriar-se das condições naturais para produção de riquezas e da “crise ambiental” que se descortina diante da degradação dos recursos naturais. Carneiro (2005) trabalha com a concepção de campo de conflitos ambientais, noção desenvolvida a partir da teoria dos *campos* de Pierre Bourdieu.

O *campo*, para Pierre Bourdieu são os “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

É através da teoria dos campos que Bourdieu analisa as relações sociais e é o *campo* a face social, histórica e ideológica do conjunto dessas relações (GRILLO, 2005). Bourdieu discute a lógica da sociedade moderna pautada em relações de força e dos processos que a regulam. Quer dizer, seus estudos abordam análises das relações entre a sociedade e os agentes sociais, dos meios da reprodução social que legitimam as formas de dominação.

Sheila Vieira de Camargo Grillo (2005, p. 15) assim interpreta a dimensão de campo de Pierre Bourdieu:

O campo “é uma rede de relações objetivas entre posições” e se constitui em um espaço de lutas, onde os agentes assumem posições segundo quatro coerções: a relação entre o *habitus* – ou seja, as disposições incorporadas sob a forma de modos de agir, preferências, gostos, capacidade de compreensão das regras do jogo etc -, o capital simbólico - decorrente da posição ocupada no campo e do conseqüente reconhecimento pelos pares - e econômico – proveniente sobretudo da herança e da renda - e as possibilidades e as impossibilidades oferecidas por um campo aos seus agentes, segundo as disposições por eles incorporadas.

A partir da conceituação de campo de Pierre Bourdieu, Carneiro (2005) concebe o campo de conflitos ambientais, noção importante para a análise das concepções dos atores sociais da colonialidade, na abordagem de concepções

dicotômicas, conflituosas, de visões, vivências e sentimentos que se apropriam de um espaço social e que envolve as questões ambientais e de desenvolvimento, ou mais especificamente, de crescimento econômico e que se configura como representações de um poder simbólico<sup>2</sup>. Assim, Carneiro (2009) diz que, nos últimos anos, houve uma reconfiguração em torno das discussões da temática ambiental, adotando em seu centro a noção de “conflitos ambientais”, que são:

conflitos que opõem atores sociais que, em condições assimétricas de poder, lutam pela apropriação material e simbólica dos territórios. Essa apropriação, por sua vez, pode requerer a preservação/restauração de certas condições de apropriação, que podem ser condições jurídicas (como a demarcação de territórios, por exemplo), naturais (como determinadas propriedades das águas...), cognitivas (o domínio de conhecimentos e técnicas de cultivo...), econômicas (acesso ao crédito agrícola) etc. (CARNEIRO, 2009, p. 5).

Para o autor, a apropriação de “territórios<sup>3</sup> como *recursos naturais*” para posterior conversão em mercadorias são características de sociedades capitalistas, que visam à acumulação de riquezas, e que ele define como uma “*necessidade estrutural* da territorialização capitalista”, e que opera em três níveis: em “empreendimentos capitalistas”, neste caso valendo-se do poder econômico, tirando vantagem da posição “estrutural” em que se encontram; em segundo, “os interesses de frações do capital, ocupam posições e se digladiam dentro do próprio aparelho de Estado”. Nesse caso, o objetivo é assegurar a apropriação de territórios, mesmo o autor considerando que é uma colonização não absoluta, já que o Estado é responsável pelas condições da acumulação e caso necessário, age “contra pretensões específicas de apropriação territorial capitalista”. E por último, pelo fato dos capitais fazerem parte de “lutas simbólicas pela imposição de determinados significados às formas de apropriação territorial que lhes interessam” (CARNEIRO, 2005, p. 36).

Nos estudos desenvolvidos por Jurandir Carneiro, remete a reflexão da dinâmica das sociedades capitalistas, para os quais os valores estão voltados para a acumulação de riquezas e encontram na apropriação das condições naturais, os recursos para que se possa atingir tais objetivos.

O imperativo da acumulação faz com que a espacialização da economia capitalista implique necessariamente a captura das condições naturais como condições de produção de mercadorias, subsumindo todos os demais significados e propósitos de apropriação dessas condições naturais. Assim, a “sustentabilidade” da economia-mundo capitalista tende a se dar à custa da destruição das condições de “sustentabilidade” de outras formas de vida social (CARNEIRO, 2009, p. 4).

Assim, a exploração das riquezas naturais, do impacto ambiental advindo da expansão do agronegócio, da exploração da madeira, da exploração de minérios e pedras preciosas e da destruição total de espaços naturais justifica-se no “imperativo da acumulação” como aborda Jurandir Carneiro. A expansão “produtiva” de imensas áreas em espaço amazônico está justamente pautada na lógica da acumulação.

## SINOP E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

Sinop modificou suas paisagens em pouco tempo. A cidade foi edificada na década de 70 e vem manifestando, desde então, as premissas da lógica do desenvolvimento econômico pertinente à concepção desenvolvimentista daquela época. Baseando seu desenvolvimento no uso de recursos naturais, em seus 39 anos de história, se transformou numa cidade referência na região norte matogrossense.

Pautados no desenvolvimento econômico decorrente da extração de madeira, em pouco tempo uma cena de devastação da floresta tomou conta da região. Dados do INPE apontavam que até 2008, Sinop já tinha 63% de sua área total desflorestada (INPE, Projeto PRODES, 2008).

Seu processo de colonização, privado e dirigido, foi o último desse modelo ocorrido no Brasil, segundo consta em informações da própria colonizadora do município, Colonizadora Sinop. Fruto de um projeto elaborado e colocado em prática pela Colonizadora Sinop (de onde advém o nome da cidade, de propriedade de Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho), o projeto iniciou em 1970, quando a empresa adquiriu uma área no norte do estado de aproximadamente 645 mil hectares, denominada inicialmente de Gleba Celeste. Após a aquisição da área inicia-se o projeto de ocupação. Foram fundadas, na Gleba Celeste, quatro cidades: Vera, Sinop, Santa Carmem e Cláudia (SANTOS, 2007).

A colonização da região reproduzia as colonizações ocorridas no Paraná e no Mato Grosso do Sul, como uma “versão moderna da colonização [...] capitalista”, destacando-se as cidades de Sinop e de Alta Floresta como “fruto de investimentos empresariais. Reprodução ampliada monopolista da produção da terra mercadoria” (OLIVEIRA, 2005, p. 98).

Inicialmente o reconhecimento da área da então Gleba Celeste foi realizado por via aérea e fluvial. Os trabalhos iniciais, de reconhecimento e demarcação ocorreram em 1970 e em 1971. Em maio de 1972, por entre picadas, chegam os primeiros funcionários da colonizadora na atual localização da cidade de Sinop. A mata começa a ser derrubada para a instalação do acampamento. Como o acesso ao local era precário e difícil, a colonizadora providenciou o desmate de uma área para instalação do aeroporto, que recebia aeronaves de pequeno e médio porte.

A Gleba Celeste foi dividida em chácaras, lotes, comunidades (chamados de Centro de Convergência), setores e núcleos coloniais ou cidades, os centros urbanos com funções político-administrativas e de prestação de serviços. As chácaras eram unidades que não deveriam ultrapassar 10ha, de maneira que nas redondezas da cidade se formassem um cinturão verde e abastecesse a cidade com hortifrutigranjeiros. Os lotes rurais eram maiores, entre 10 e 300ha, onde deveriam ser os cultivos de culturas permanentes. Os lotes tinham acesso na parte da frente às estradas e nos fundos a rios, suas divisas (TEIXEIRA, 2006; SELUCHINESK, 2008).

O Projeto da Gleba Celeste seguiu os princípios definidos pelo INCRA, e Sinop caracterizou-se como o tipo *rurópolis*, já sendo projetada como ponto de apoio às outras cidades. As cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia eram as *agrópolis*. Conforme projetado pelo INCRA, a ocupação da Amazônia seguiria três tipos de urbanização. *Agrovila*: um pequeno centro rural onde os colonos poderiam morar. Deveria ter até 1.500 moradores e conter escola, posto de saúde, administração e armazém. *Agrópolis*: seria o centro urbano industrial, cultural e administrativo que englobaria de 8 a 12 *agrovilas*, 3.000 moradores e escola, cooperativa, atendimento médico, odontológico, agroindústrias, correios, telefone e hotel. *Rurópolis*: um núcleo urbano maior e mais diversificado, com serviços públicos e privado, num raio de 70 a 140 quilômetros de alcance e serviria de apoio as *agrovilas* e *agrópolis* (IANNI apud SELUCHINESK, 2008).

A princípio a colonizadora abriu um quadrado, que formaria a área urbana da cidade. A partir de junho de 1972 começam a chegar as primeiras famílias. Já em 1972 se instalaram na cidade duas serrarias, que dão início ao processo de derrubada de árvores para atender a demanda das famílias que estavam se instalando no município.

Em entrevista, o historiador Luiz Erardi Santos (Entrevistado I, 2010. Chegou em Sinop em 1980) relata que foi em 1979 que a SANEMAT (Serviço de Água e Saneamento do Estado) perfura o primeiro poço artesiano e em 1979, a CEMAT instala os primeiros motores a diesel, atendendo comércios, residências e algumas madeireiras. A precariedade era intensa e era comum ficarem dias sem energia elétrica. As dificuldades para as pessoas se estendiam em todos os períodos do ano, pois na seca, devido às ruas não serem pavimentadas, a poeira era intensa e na época da chuva, provocava verdadeiros lagos na cidade.

Com os incentivos fornecidos pelo Estado, colonos, investidores, empresários e projetos capitalistas chegavam à região, interessados em suas riquezas e visualizando a expansão econômica, como a madeira e o desenvolvimento de agricultura e pecuária.

Os primeiros migrantes, colonos, buscavam em Sinop terras produtivas para o plantio do café, conforme propaganda veiculada pela Colonizadora no Paraná.

O historiador, Prof. Luiz Erardi Santos (Entrevistado 1, 2010) relata que:

O grande trunfo da Colonizadora lá no sul, a propaganda aqui da Gleba Celeste, era o café. Eles pegavam fotos bonitas de cafezais lá de Maringá mesmo, e mostravam: *Olha o café lá de Sinop*. Não tinha nada aqui, quase nada. E aqui mesmo em Sinop, onde está o pátio da prefeitura hoje, ali era uma Chácara de café do Seu Germínio, fizeram uma chácara como se fosse uma fazenda experimental. Mas eles adubaram a terra prá danar, é lógico que nasceu um café lindo ali. O pessoal que vinha ver ficava encantado.

Instalada numa região de transição do cerrado para a Floresta Amazônica, a região expandiu-se economicamente através do extrativismo vegetal (madeira), inclusive muitas serrarias foram implantadas com recursos financeiros do SUDAM. Segundo informações fornecidas pela Colonizadora: "O projeto de Colonização da Gleba Celeste foi considerado pela SUDAM como de interesse nacional, portaria de número 5.197 (de 19.12.1973), e Resolução de número 1.829 (de 11.03.1974). Emancipado pelo INCRA pela portaria número 75 (de 09.04.1981)".

Os primeiros moradores da região eram oriundos, principalmente, dos três estados do Sul e inicialmente enfrentaram inúmeras dificuldades, como falta de atendimento médico, malária, distância de regiões maiores e dos parentes que deixaram no seu local de origem, dificuldade de deslocamento, dificuldade de comercializar os produtos que começaram a produzir, grandes frustrações, períodos extensos – e intensos - de chuva, desconhecimento do clima e técnicas de plantio. E uma das principais promessas, que era de vias de acesso para o escoamento da produção agrícola, em péssimas condições.

O espaço que nós tínhamos no Paraná era dois alqueires de terra. Prá gente crescer na vida tinha que sair, não tinha como crescer nesse espaço. Então viemos para o Mato Grosso. Existia uma propaganda na televisão, da colonizadora. Televisão não, rádio, na época não existia televisão. *Onde a bússola indica norte existe a Gleba Celeste. Colonizadora Sinop, Maringá*. Aí meu pai foi prá Maringá, com meu irmão e eu já vim direto prá cá. Então essa é nossa história (Entrevistado 2, 2010. Um dos primeiros moradores a se instalar no município e dono da primeira serraria, em 1972).

Souza (2004, p. 18) faz menção aos programas de divulgação realizados no sul, buscando colonos para trabalharem em terras matogrossenses. A divulgação foi amplamente realizada principalmente na região oeste dos três estados sulistas, os incentivos e mobilizações eram realizados para trazer pessoas ao Mato Grosso, projetando "o mito da terra boa que tudo produz". Terra que ainda carecia de mão de obra do trabalhador do campo.

Nos relatos dos primeiros moradores, a angústia do início, a dúvida do futuro e a esperança de dias melhores.

Na hora, quando você chega aqui dá impacto. Você roda 500 quilômetros, você não vê nada, era só mato [...] Pensava, eu com 18 anos, ia imaginando, rodar no meio do mato, isso nunca mais esquece [...] Na minha cabeça eu não queria estar no meio do mato, eu queria estudar [...] Aí quando eu vi que meu pai me levou no mato, você dá aquele nó na cabeça, meu Deus! Mas eu não conseguia visualizar um futuro na época. Se dissesse que via é mentira. Fiquei três meses trabalhando numa serraria, mas pensava, *Meu Deus, isso não é prá mim não.* [...] não tinha mais estrada, o exército trazia comida prá gente, era muito sofrido [...] então aquela esperança de um futuro melhor foi diminuindo (Entrevistado 3, 2010. Chegou em Sinop em 1977, Presidente de Associação Comercial e Empresarial de Sinop em 2010).

A construção da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) realmente efetivou o desenvolvimento de cidades e regiões no norte matogrossense. Contudo, sem o seu asfaltamento, por inúmeras vezes faltaram produtos de necessidades básicas para a população residente no município, conforme relato de seus primeiros moradores. Santos (2007, p. 15) destaca que:

O movimento crescente de veículos, principalmente de caminhões [...] deixaram a rodovia em péssimas condições, principalmente na época das chuvas, quando praticamente ficava intransitável, ocasionando o isolamento e a falta de alimentos e combustíveis na região, como ocorreu no final de 1979 e início de 1980, quando o Governo Federal foi obrigado a socorrer a população por via aérea para atenuar o quadro desolador então existente, várias vezes aviões da FAB – Força Aérea Brasileira pousaram no antigo aeroporto de Sinop com produtos de primeira necessidade para atender seus habitantes.

Sinop foi oficialmente fundada em 14 de setembro de 1974. Fazia parte então do município de Chapada dos Guimarães, na época o maior município do mundo. Em 17 de dezembro de 1979, por meio da Lei Estadual nº 4.156/79, foi emancipado a município, com uma área geográfica de 48.678 km<sup>2</sup>.

Em 1982 teve início o asfaltamento da BR-163 e em 1984 o trecho de Sinop ao Posto Gil, município distante 340 km ao sul, é inaugurado pelo então Presidente da República, João Batista de Oliveira Figueiredo, o qual tinha especial amizade com o proprietário da Colonizadora, Enio Pipino, e realizou à Sinop quatro visitas, durante o seu mandato.

## CONCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As pessoas, ao chegarem para se instalarem no município de Sinop não tinham a quem recorrer, exceto à Colonizadora, que tornou-se a administradora do local, definindo regras, normas e organizando os espaços de convivência, realizando a venda dos lotes urbanos e rurais, bem como distribuindo gratuitamente muitos lotes para edificações. Trabalho, persistência, fé e esperança passaram a ser o mote para as pessoas que chegavam, buscando reproduzir as vidas que deixaram para trás, e encontrando nestas bases motivos para superação e busca do sonhado progresso, prometido pela Colonizadora.

Oficialmente, as lembranças escritas, registradas, são as das vitórias, das alegrias, das conquistas. Os órgãos públicos, a colonizadora, os empresários, por meio de veículos de comunicação enalteciam o trabalho, a coragem, o progresso, buscando sempre minimizar os problemas enfrentados pelas famílias, as mortes, as lutas, a grilagem e o imenso impacto ambiental provocado pela busca do desenvolvimento econômico da região e pessoal.

Nas entrevistas, as contradições de percepções sobre o processo de colonização, remetendo a concepções de heroísmo a oportunismo, de coragem e luta, a descaso e frustrações, de direcionamento e planejamento, para opressão e exploração.

Acho que esse sistema de colonização foi um dos últimos a ser implantado, esse sistema planejado. Pensa na coragem desse povo, prá vim fazer o que vieram fazer aqui. Hoje até olhando as fotos, a gente se emociona até de ver o peito que as pessoas tiveram na época de vir aqui e fazer isso acontecer. Mas a colonização, acho que da forma que foi organizada foi uma das melhores possíveis. Aí está o resultado. Da forma como foi colonizada, da forma como Sinop é ainda. Claro que nada é perfeito, mas acho que foi muito bem colonizado, de uma forma muito responsável (Entrevistado 4, 2010. Chegou em Sinop em 1986, Secretário da Indústria e Comércio em 2010).

Antonio Carlos Moraes (Apud Pinto, 2006) elucida que as questões políticas de expansão territorial da Amazônia não consideravam a já povoação por povos nativos. Mariana Pinto enfatiza a perspectiva das terras como "riqueza a ser conquistada e apropriada" (p. 26) como se esse território já não possuísse habitantes. Na visão dos governantes, conforme indica o estudo da autora, além de ser um vazio demográfico, coberta por mata nativa, era o retrato do atraso brasileiro, onde o progresso ainda não havia chegado.

Para a Amazônia brasileira integrar-se ao desenvolvimento econômico requerido pela concepção desenvolvimentista concebido na época, era necessário,

portanto, povoá-la, derrubar suas matas, plantar, gerar riquezas, o que Francisco Póvoas retrata quando diz que a crença era que “a riqueza se materializaria com a derrubada da mata e o cultivo de espécies habituais em outras regiões, paralelamente à substituição da cultura nativa” (PINTO, 2006, p. 26).

Os incentivos e propagandas das riquezas encontradas na Amazônia e desmistificada a marca de “inferno verde”<sup>4</sup> até então atribuída a região, a migração, desejada pelos planos implantados pelo Estado, e com o apoio das colonizadoras privadas, efetivamente acontecem. A questão da migração relaciona-se também com a perspectiva de se encontrar, em outros locais, melhores condições de vida, atribuindo ao desenvolvimento econômico e crescimento demográfico da região a capacidade de atender essas perspectivas. A esse fato alia-se, principalmente, a questão econômica e atribui-se a concepção de progresso pessoal, por meio do trabalho, o atendimento de suas esperanças.

Por vezes, um processo comparado com outros desenvolvidos pelo INCRA, como comparativos de desigualdade e fracasso para os projetos do Estado, considerados falhos, onde as pessoas eram “jogadas lá, maltratadas, sem documentos, sem assistência, sem condições” (Entrevistado 5, 2010), o que não aconteceu no projeto desenvolvido em Sinop, pela Colonizadora, bem conduzido, adequado e proporcionando toda a assistência aos seus moradores.

Um processo correto. Essa experiência que teve e está tendo até hoje, a gente olhando um projeto tão bem implantado, privatizado, bem conduzido, como foi o projeto da Colonizadora Sinop e a gente compara com os projetos que são feitos pelo próprio órgão federal e outros órgãos que também fizeram, estaduais, a gente vê que a forma correta de ter feito, deveria ter sido feito tudo por iniciativa privada. A própria Colonizadora Sinop adotou um sistema que deu certo, um sistema positivo, um sistema altamente produtivo, um sistema que não se vê nos assentamentos que foram feitos pelo INCRA, as pessoas foram jogadas lá, maltratadas, ficaram lá sem documentos, sem assistência, sem condições. Então acho que esse é o sistema correto (Entrevistado 5, 2010. Chegou em Sinop em 1979, Secretário de Meio Ambiente em 2010).

José Vicente Tavares dos Santos (1993), contudo, considera como principal objetivo das empresas de colonização a comercialização das terras, que são divididas em lotes e vendidas, reproduzindo-se o poder do capital sobre as ações dirigidas de colonização no interior do país. As agências de colonização providenciavam a chegada, a vida social e o sistema agrícola dos colonos e os constrangiam de outras práticas que não as determinadas pelas colonizadoras e cooperativas, não podendo nem mesmo comercializar seus produtos se não por intermédio destas, sendo os colonos “vigados” pela política, ou por jagunços das

colonizadoras. “[...] o controle social nas áreas de colonização tanto se fazia sobre os homens como sobre o espaço” (SANTOS, 1993, p. 205).

A colonização de Sinop teve o seguinte objetivo: vender terra. Isso aqui é comércio. A Colonizadora Sinop já tinha essa experiência de vender terra no Paraná. Vieram para cá não foi por acaso. Compraram uma parte, grilaram outro [...] enfim, o comércio, que no discurso deles deu tudo certo. Bom, os chamados pioneiros, os heróis da fronteira, esse discurso que eu não concordo muito que é uma questão ideológica do capital, mas a colonização de Sinop teve esse processo, teve seu interesse: vender terras. As pessoas vieram prá cá, investiram, mais da metade quebrou, voltaram para o Paraná, foram explorados pela colonizadora, pelos empresários, pelo Banco do Brasil, e assim por diante [...] Então a colonização de Sinop teve esse papel, a exploração de terra. A cidade se consolidou como um pólo e isso não é do nada, teve um projeto militar para definir essa questão, um pólo de crescimento, com seus desafios, numa cidade que está em termos materiais crescendo (Entrevistado 6, 2010. Chegou em Sinop em 1988, Professor Universitário).

A colonização do município ocorreu de maneira ordenada e adequada, segundo a percepção da maioria dos atores sociais entrevistados, embasados no lema Integrar para não entregar, chamamento do então Governo Federal Militar, a resposta foi um projeto bem elaborado e conduzido pelas pessoas que formaram a frente pioneira para o município. Outra época, outras concepções de ocupação de espaço. A colonização de Sinop é motivo de orgulho para as pessoas que ajudaram a construir e para as pessoas que a habitaram em fases posteriores ao seu desbravamento.

O elogio ao “espírito bandeirante” exalta a imagem que ora corre da silhueta do forte desbravador dos sertões, que a tudo vence e impõe, sobre minas de ouro e esmeraldas, para a dignificante estampa do *brasileiro nato* que, conquistando território – a marcha para oeste -, deu ao Brasil sua maior riqueza, ou seja, o alargamento das suas fronteiras [grifos da autora] (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 74).

A percepção sobre a colonização não é exatamente que esta foi uma maneira certa ou errada, mas vista, pelos atores sociais, como uma maneira adequada, devido à época, as situações, as exigências diferenciadas e ao próprio incentivo do Estado. Um processo que se deu naturalmente, dentro de um espaço temporal e geográfico, conduzido por pessoas visionárias, em um tempo que as limitações eram muitas e a descrença num futuro promissor era ainda maior.

Houve uma convergência de necessidades e demandas: de um lado, terras para produção, de outro, homens buscando um novo pedaço de chão e possibilidades de materializar sonhos. Nesse encontro, entra a figura do colonizador, o qual, em Sinop, tem especial destaque para os primeiros moradores e para os outros que vieram e socializam suas histórias.

A história de colonização de Sinop é uma história de muita luta, diz em entrevista um dos primeiros moradores de Sinop (Entrevistado 2, 2010) e que saiu vitoriosa devido a “persistência do Ênio Pipino [o colonizador]. Ele fez de tudo para segurar o povo aqui”. Compartilhada da mesma maneira por outro “pioneiro”, (Entrevistado 7, 2010. Chegou em Sinop em 1972) que via em Ênio Pipino uma figura carismática, que não media esforços para ajudar as pessoas que chegavam ao local:

Quanto a isso aí, a Colonizadora Sinop, o Ênio Pipino, ele ajudou muito as pessoas. A pessoa chegava aqui ele doava um terreno e ele ia lá com o trator limpar o terreno. Comigo mesmo aconteceu. Eu ganhei um terreno aqui em Sinop, na Av. Júlio Campos, onde eu construí a minha casa, ao lado da casa do meu pai. A colonizadora Sinop, o Ênio Pipino mesmo contribuiu muito, foi uma pessoa chave, porque se não fosse o Ênio Pipino talvez essa região não tivesse o êxito que teve. A Colonizadora fez o papel dela, politicamente também. Sinop foi uma cidade privilegiada (ENTREVISTADO 7, 2010).

O colonizador é a figura central, tem o destaque, como um líder carismático, amparado pelo Estado. No Governo Militar, essa figura era evidenciado pelo desbravador, de homens corajosos capazes de enfrentar o desconhecido e que fossem predestinados a se tornarem heróis da Pátria. Além dessas características, a capacidade administrativa para gerir o espaço sob sua responsabilidade, realizando as divisões das terras, utilizando de habilidades, força quando necessário, e ter capital para dar a contrapartida à Federação, quitando seus financiamentos (SELUCHINESK, 2008).

No conjunto de uma sociedade capitalista, a acumulação de bens vem à priori. Karl Marx destacava que ter o controle dos espaços territoriais é uma das condições prioritárias para que se estabeleça a sociedade capitalista. Controle este que dá a posse privada da terra e dessa maneira, possibilita desenvolver o mercado de trabalho (CASTRO et. al., 2002).

Ênio Pipino não concebia o processo de colonização desenvolvido por sua empresa como excessivamente capitalista. Em sua visão, havia a prioridade ao social, em desenvolver pequenas áreas de agricultura e não concentrar muita quantidade de terra nas mãos de poucos proprietários, ação desenvolvida em outras áreas da Amazônia:

Não é capitalista quando vende “no varejo” pequenas e médias propriedades. Acho, apenas, que as grandes fazendas de gado que captam incentivos fiscais usam pouca mão-de-obra em vastas extensões territoriais. Penso que deveria se associar a colonização a esses projetos agropecuários essencialmente. O Incra e a Sudam devem olhar com mais atenção esse tipo de projeto na Amazônia que só fala em pecuária e não em material humano (Trecho de entrevista de Ênio Pipino, concedida à Revista Contato, julho/1982, *in* TEIXEIRA, 2006, p. 57).

O processo de colonização em si, de uma maneira predatória em relação aos recursos naturais é respaldado também pela própria dinâmica do contexto e da época. Uma dinâmica econômica, segundo Celso Furtado (1982), que exigiria do país esforços, sacrifícios e exploração, tanto de uma parcela da população, quanto de recursos naturais de vastas áreas territoriais.

A participação do processo de colonização, expansão de área estava perfeitamente inserido na exigência, na dinâmica do país. Não se falava em preservação. A ordem era outra: de progresso, de expansão territorial, de industrializar o campo e de tornar terras improdutivas em produtivas.

A degradação do meio natural, que em outras partes gera o freio maltusiano ou exige esforço acumulativo e progresso técnico para contornar a barreira dos rendimentos decrescentes, é compensada pela expansão do espaço econômico. Daí que nada nos ajude tanto a entender a natureza do desenvolvimento econômico brasileiro – seu dinamismo e tendência a excluir a maioria da população de seus benefícios – quanto o estudo da forma como o homem se relaciona com o meio físico; com efeito: o ecossistema – concebido como abrangendo o meio natural e o contexto sócio-cultural – opera no Brasil com custos consideráveis que a visão corrente do desenvolvimento econômico exclui (FURTADO, 1982, p. 23).

Sob a percepção social, a colonização particular desenvolvida em Sinop foi um projeto passível de falhas, de excessos e de algumas críticas, mas não desmerecendo o grande valor “social” das ações dos colonizadores e “pioneiros” do município. Apoiados pela política governamental, a Colonizadora soube manter, controlar e organizar a chegada e a permanência das pessoas no local, sendo propagadora de várias ações para alavancar a economia do município, construindo estradas, cooperativas, trazendo empresas e infraestrutura básica para seus moradores.

Sob essa perspectiva, Ênio Pipino é considerado um sonhador, um plantador de cidades, um visionário. Alguém que acreditava no *progresso* da região quando muitos não acreditavam, quando entravam em descrédito e em desespero. “Olhando

para o passado, há toda uma história de realizações, de pioneirismo, de coragem e de afirmações da gente que somou com Ênio Pipino e que testemunha hoje, um quadro que o Grupo Sinop fez nesse tempo na área que tinha para colonizar” (MINETTO, Apud SELUCHINESK, 2008, p. 114).

Essa percepção é questionada por poucos, e que para algumas pessoas que acompanharam o processo inicial de ocupação territorial, é resultado da falta de percepção social sobre as verdadeiras ideologias da colonização privada em Sinop:

os que não percebiam iam na ideologia de que era um herói realmente, que era uma pessoa dotada de um espírito altruísta muito grande que vinha lá para salvar as pessoas, que tirava pessoas da fome do norte, sul do país para trazê-los ao eldorado, na verdade não era nada disso... Não era nada disso. Tirava-se as pessoas de um celeiro, dum lugar que tinha uma produção fantástica: como é o Paraná, o norte, o noroeste, o sudoeste do Paraná, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina; com uma propaganda muito bem engendrada, muito bem feita, levava-se, vendia-se pedaços de terra para essas pessoas em Sinop, e quando lá chegavam e tentavam empregar os mesmos métodos de cultivo do sul, a decepção era terrível, porque lá a terra sem adubo não dava nada, absolutamente nada [...]. Então era feito era um engodo muito grande (JOSÉ ROVERI, professor de Matemática, entrevista concedida a JANICE CASSIA LANDO, 2002, p. 142).

Uma colonização que ainda não terminou, para alguns atores-sociais: “São três colonizações diferentes. Colonização de fazer a cidade, colonização de começar a cidade e agora a colonização de desenvolver a cidade” (Entrevistado 8, 2010. Chegou em Sinop em 1987, Presidente do SITICOM em 2010).

Essa condição da colonização faltou um pouco mais de direcionamento. Pra quem ia fazer parte da colonização, como você trazia as pessoas prá cá, sem estrutura? O começo foi muito difícil, mas 500 km da capital, dependendo de um avião do exército, que vinha uma vez por semana, se não atolava. Então é uma situação que começou um pouco atravessada (ENTREVISTADO 8, 2010).

Guimarães Neto (1986, p. 72) ressalta que: “O crescimento da cidade leva ao *desaparecimento* da dor e das feridas passadas, que restam apenas como cicatrizes, sulcos na terra, por onde desabrocham, ou abortam as luzes do Progresso”.

Nos relatos dos primeiros moradores, são recorrentes as histórias de dificuldades, a carência na área de saúde, alimentação, moradia, educação e transporte. São fases difíceis que se avivam quando se solicita à lembrança. A

emoção, muitas vezes, não consegue ser contida. As lembranças, por muitos momentos durante as entrevistas, levam as pessoas a fixarem o olhar num ponto imaginário, como que tentando lembrar de momentos tão onerosos para suas vidas, e que estão se esvaindo nas facilidades da atualidade.

Regina Beatriz Guimarães Neto (1986, p.71) consegue retratar tal assertiva em sua afirmação, de que:

As lembranças dos *tempos difíceis* começam a se perder no fundo da memória. O suporte material das lembranças não mais existe, a imagem da cidade, sob o impacto da velocidade das realizações, substitui a paisagem que ali haviam encontrado. A *nova terra* não mais se interessa pelo sofrimento passado, a história presente é a do triunfo. Ela vem celebrada pelo fervor do progresso.

As pessoas, ao chegarem, não tinham a quem recorrer, exceto à Colonizadora e aos vizinhos, os quais se tornaram “os parentes”, nos momentos mais difíceis. Lembra a Entrevistada 9 (2010. Chegou em Sinop em 1972) que,

quando já tinha uma estrutura, era muito bom, quando tinha o mercado já era mais fácil, as amizades [...] As vezes vinha uma mudança e ia embora duas, três. Mas isso depois de um ano, ou dois que a gente estava aqui. Mas a gente sabia que tinha uma mudança todo mundo ia lá prá ajudar, era muito bom (ENTREVISTADA 9, 2010).

Valeu esse sacrifício, valeu esperar, porque hoje a gente está colhendo já isso, né. Eu vejo, que quem conhece o Brasil, vamos colocar um pouco assim, prá mim a melhor região é aqui. Por que é aqui? Porque onde você produz matéria-prima, o mundo hoje precisa de alimento. Então uma região dessa tem que crescer (ENTREVISTADO 3, 2010).

Uma história de sucesso que oficializada, omite as histórias de fracassos e as histórias de centenas de pessoas que também fizeram “parte da história”, como se a idealização de uma colonização, bem sucedida ou não, tivesse estampado somente um nome: da Colonizadora.

Então esse sucesso, esse progresso não para todos, esse avanço em termos materiais, principalmente, Sinop deve sim a um trabalho coletivo, não de meia dúzia só, pessoas que vieram prá cá, que acreditaram, que trabalharam, que sofreram, que morreram, outros que foram embora, muitos que estão aí, outros que estão vindo. Então é um processo que faz parte da dinâmica nacional de migração. Sinop não é único nesse contexto. Então Sinop com seus desafios, com suas perspectivas, com seu trabalho, com suas mudanças, como a destruição ambiental e com um preço caro que isso teve para algumas

pessoas e inclusive para a imagem de Sinop. A questão madeireira. É por isso que essas mudanças estão ocorrendo e eu vejo que não esgota aqui no meu argumento. É algo muito mais amplo, mais complexo e objeto de estudo para várias áreas do conhecimento (ENTREVISTADO 6, 2010).

A ocupação das terras da região norte matogrossense, na Amazônia Legal, após a década de 1970 mudou drasticamente o cenário regional. O que aconteceu em Sinop, e em dezenas de municípios do norte do estado de Mato Grosso, foi uma ocupação que ocorreu de maneira predatória. Os incentivos para a ocupação do município negligenciaram os recursos naturais, que foram utilizados indiscriminadamente para o sucesso do empreendimento e para que o progresso chegasse à selva Amazônica.

O amparo encontrado na mão do colonizador era como um alento para que centenas de famílias, na busca de um futuro promissor, permanecessem no município, enfrentassem inúmeras adversidades e acreditassem efetivamente nas promessas propagandas pela mídia. No entanto, não conseguiu evitar um processo contrário de migração, quando muitas famílias, desiludidas com as promessas não cumpridas, retornaram aos seus estados de origem, vendo o avanço da agropecuária e agricultura mecanizada ruir o sonho da pequena propriedade rural. Muitos colonos também presenciavam a morte dos seus, na difícil tarefa de usufruir da terra.

Dentre esses aspectos, é que José Vicente Tavares do Santos (1993) dá destaque a uma das dimensões da colonização: da produção social da exclusão que se suscita na fronteira.

José de Souza Martins (2009, p. 9), diz que a fronteira é, “no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam *do lado de cá*, um cenário de intolerância, ambição e morte”. E assim, um mundo de esperanças e de lutas encontra nos espaços da fronteira, sua triste realidade, de um confronto entre o humano e o capital, onde os valores morais e os destinos de vidas humanas tem pouco valor humano e ético.

Foi assim, que no centro-norte de Mato Grosso caracterizou-se principalmente pela formação de grandes latifúndios e projetos agroindustriais. Ao longo da BR-163, os centros urbanos eram construídos e davam apoio aos projetos de expansão territorial. “Nela se impuseram, de um lado, a lógica da articulação entre as empresas de colonização particulares e os colonos e, do outro, a expansão das empresas agropecuárias. Na transversal, a expansão da atividade madeireira” (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

Foi nesse processo de colonização que as empresas privadas tiveram papel de destaque na expansão das fronteiras agrícolas, pois receberam do próprio Estado a permissão para a comercialização de terras, concebendo o espaço num amplo campo de expansão do capital e da reprodução da colonialidade. Caso da

Colonizadora Sinop e do município de Sinop.

Os fatos relatados pelos entrevistados, seus comentários, por ora na defesa do processo de colonização e seus idealizadores, por ora questionando a política dominadora e opressora, retratam o que se reproduziu em dezenas de cidades da Amazônia: o encontro da vida selvagem e do dominador, do colono e do colonizador, do humilde e do poder. E da visão dos atores sociais, é que se questiona se há de fato, um colonizador para o bem social, ou suas ações estão enrustidas de simpatia pelo lucro e poder?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como referência o projeto de colonização e desenvolvimento do município de Sinop, buscou-se compreender a percepção de atores sociais em relação ao processo de colonização e ocupação das terras, bem como relações de poder e dominância destacados neste processo histórico e social.

Um processo de colonização de muitas histórias, inserida no contexto estratégico e econômico do Brasil e que é considerado, pelos atores sociais, um dos mais bem sucedidos empreendimentos de colonização privada do país.

Um projeto audaz, ambicioso, que previa o desbravamento da selva amazônica, dos seus mitos, seus segredos, mas também de suas riquezas, com a promessa de um futuro esplendoroso. Uma promessa de progresso ilimitado, que subjogou o ser humano e suas limitações, além da própria limitação da natureza.

Os primeiros moradores de Sinop chegaram com o sonho de encontrar, no local, terras férteis para desenvolver a agricultura. Em meio à mata fechada, das primeiras clareiras e plantações, também vieram as primeiras e intensas frustrações. Da promessa de terras férteis, de educação para os filhos, de estradas e possibilidades de escoamento da produção, para uma imensidão verde, dificuldades, insucesso e promessas fracassadas. Para muitos, restavam poucas possibilidades: ou o retorno à terra de origem, ou lutar para vencer as adversidades. Acreditar no sucesso do empreendimento local era difícil; mas acreditava-se na mão forte do colonizador, de suas relações e influências junto ao Estado e na confiança de que não seriam abandonados. Além da crença no colonizador, a crença no trabalho para vencer as dificuldades e na perspectiva da vitória foi fundamental.

Os pioneiros vieram para o município atendendo ao chamamento do próprio Estado Nacional. Em suas percepções, são heróis, venceram a difícil tarefa de ocupar a Amazônia. Cumpriram sua missão: ocuparam, venceram as adversidades, derrubaram a floresta, plantaram, produziram, edificaram cidades e integraram a Amazônia ao país, ao sistema produtivo e econômico, provocaram a alteração da paisagem e contribuíram para o progresso da nação.

O colonizador permanece como uma figura do bem e preocupado com o bem estar social. O povo, coadjuvante, mas omitido da história. O Estado se omitiu, e a Colonizadora, a qual coube a organização e detentora do capital, a defesa das elites. O espaço foi ocupado, a Amazônia, amansada. A terra e seus recursos naturais, somente mercadoria, tornou-se espaço para prover riquezas e delas marcar mais uma história: do poder e da dominação do capital.

## NOTAS

<sup>1</sup> Sirlei Ana Falchetti - Mestre em Ciências Sociais pela UNISINOS – São Leopoldo/RS, Universidade de Cuiabá – UNIC. Rua Leonardo da Vinci, 102 – Res. Mondrian, Bairro Eunice - Sinop-MT CEP 78.555-576. [sfalchetti@gmail.com](mailto:sfalchetti@gmail.com).

<sup>2</sup> Uma apropriação do conceito de Pierre Bourdieu de *poder simbólico*. Poder simbólico, para Bourdieu é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem” (1989, p. 8). O espaço social onde ocorrem as relações e interações não são uniformes, mas desiguais, conflituosos e onde ocorrem relações de dominação e poder.

<sup>3</sup> O autor define territórios como “conjuntos formados pelas condições naturais, pelas cristalizações do trabalho humano que com elas se soldam, por um determinado espaço de poder e de conflitos sociais e pelas disputas sobre os significados e usos do espaço” (CARNEIRO, 2009, p. 9).

<sup>4</sup> Veja-se pelo prisma do Colonizador Enio Pipino, empresário, proprietário da Colonizadora Sinop, a prerrogativa atribuída à sua empresa, da desmistificação do “Inferno Verde” e dos desvios das “rotas de migração”. “Os portugueses foram sábios quando, pretendendo resguardar as nossas fronteiras, espalharam a notícia de que a Amazônia era um “inferno verde”, evitando assim que outros povos tomassem conta dela. Ela ficou intacta pelo mito de ser inabitável e impossível de ser ocupada. Mas fomos nós brasileiros que a ocupamos. Mato Grosso foi importante nesse processo e na marcha que começou partindo do portal da Amazônia para ocupar a Amazônia, conseguimos desviar as ondas de migrações que saíam de São Paulo e do sul, com outro rumo, que não era o da Amazônia, mas em direção do Paraguai e norte da Argentina, porque eles desconheciam a existência de uma Amazônia habitável. O mérito é portanto, da Sinop, de desviar essa rota de ocupação criando uma arrancada bem brasileira de pioneiros” (Trecho de entrevista concedida à Revista Contato, julho/1982, in TEIXEIRA, 2006, p. 45).

## REFERÊNCIAS

- ARBEX JR., José. **Terra Sem Povo, Crime sem Castigo**. In.: TORRES, Mauricio (organizador). *Amazônia revelada*. Os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. **Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável**. In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., PEREIRA, D. B. (organizadores). **A insustentável leveza da política ambiental**. Desenvolvimento e conflitos sociambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos**. Revista Rio de Janeiro, n. 16-17, maio-dez. 2005, p. 35 – 46.
- \_\_\_\_\_. **Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais (mesorregião Campo das Vertentes)**. UFSJ - XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).
- CASTRO, Sueli Pereira et al. **A colonização oficial em Mato Grosso “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
- FÓRUM REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Cidade Pólo Sinop**. Cuiabá (MT), março de 2002. Disponível em [www.anu.seplan.mt.gov.br/html/forum/sinop.pdf](http://www.anu.seplan.mt.gov.br/html/forum/sinop.pdf). Acesso em 20/05/2010.
- FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-“Milagre”**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição Teórico- Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2008.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso**. Publicado em: Revista da ANPOLL. São Paulo: , v.19, p.151 - 184, 2005.
- GRUPO SINOP. **História de Sinop**. Colonizadora Sinop S/A. [www.gruposinop.com.br](http://www.gruposinop.com.br).
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1986.
- IANNI, Octavio. **Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- IBGE. **Cidades**. [www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat). 2007, 2010. Acesso em 15/02/2010 e 19/01/2011.
- INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto PRODES. Monitoramento**

**da Floresta Amazônica por Satélite.** <http://www.obt.inpe.br/prodes/r2008>. Acesso em 30/09/2009.

LANDO, Janice Cássia. **O ensino de Matemática em Sinop nos anos de 1973 a 1979: Uma História Oral Temática.** Monografia Especialização em Matemática. UNEMAT, Sinop: 2002.

MARTINS, José de Souza. **Frenteira. A degradação do Outro nos confins do humano.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização.** p. 67 – 183. In.: TORRES, Mauricio (organizador). *Amazônia revelada. Os descaminhos ao longo da BR-163.* Brasília: CNPq, 2005.

PINTO, Mariana Oliveira. **Entre o sonho e a realidade: desafios da política ambiental na Amazônia.** Brasília: UnB, 2006. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Prefeitura de Sinop. Sinop/MT, 2008.

PREFEITURA DE SINOP. **Dados sobre a evolução do município de Sinop.** Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Sinop/MT, 2010.

QUIJANO, Anibal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina.** Dossiê América Latina. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (55), 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos, exclusão e luta.** Do Sul para a Amazônia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Luiz Erardi. **Raízes da História de Sinop.** Grafitec: Sinop, 2007.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De Heróis a Vilões: Imagem e Auto-Imagem dos Colonos da Amazônia Matogrossense.** Brasília: UnB, 2008. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop: História, imagens e relatos.** Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.

TEIXEIRA, Luciana. **A colonização no norte do Mato Grosso: o exemplo da Gleba Celeste.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

Artigo recebido para publicação em 02 de setembro de 2011.